

Autor: Góes

Relatório chama atenção para desigualdade de género e práticas nocivas contra mulheres



O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) lançou um relatório global sobre a Situação da População Mundial, que chama atenção para a desigualdade de género e as práticas nocivas contra mulheres e meninas, como a mutilação genital feminina, a preferência por filhos do sexo masculino e o casamento infantil.

Segundo o relatório, um em cada quatro meninas se casa antes dos 18 anos no Brasil, um índice de 26%. A média mundial é de 20% (uma em cada cinco). A agência da ONU afirma que ação urgente é necessária, aqui e agora, para combater esta e outras violências contra mulheres e meninas.

O índice brasileiro de casamento infantil está muito próximo da média da América Latina, que é de 25%. Juntamente com a África subsaariana e a Ásia, as três regiões lideram o número de casos de casamento infantil no mundo. Em média, de acordo com o documento, 650 milhões de meninas se casam antes dos 18 anos em todo o mundo.

Meninas, e não meninos, são as principais vítimas dos casamentos precoces. Valores patriarcais, como a necessidade de preservar a virgindade de meninas, sua capacidade de reprodução e de contribuir com o trabalho doméstico, influenciam esta realidade e são apresentadas entre as tantas razões que tornam essa prática nociva uma triste realidade no mundo todo.

O estudo ainda indica uma relação entre pobreza e acesso à educação, uma vez em que meninas com apenas o ensino primário têm duas vezes mais chances de se casar ou viver em união conjugal do que as com ensino médio ou superior.

De acordo com a representante do UNFPA no Brasil, Astrid Bant, no país, especificamente, há também uma relação entre condições socioeconômicas e desigualdade, que levam milhares de meninas a optarem por união e gravidez precoces pela ausência de outras opções na vida.

“Se ter um filho e um marido é o único objetivo com que essas meninas têm a chance de sonhar, já que não são lhe dadas outras oportunidades como estudar e ter um bom trabalho, é natural que elas sigam por esse caminho, forçadas direta ou indiretamente. É preciso garantir que as jovens tenham seus direitos assegurados, além da oportunidade de exercer seu pleno potencial”, afirma.

Uma das consequências do casamento infantil é a gravidez e, conseqüentemente, o parto, precoce. Sem estar prontas física, emocional, intelectualmente ou mesmo financeiramente para assumirem a maternidade tão cedo, é mais provável que essas meninas e jovens morram devido a complicações na gravidez e no parto, e é mais provável que seus primeiros filhos sejam natimortos ou morram no primeiro mês de vida.

De acordo com o relatório, o custo para eliminar de uma vez por todas o casamento infantil em todo o mundo seria de 35 bilhões de dólares (aproximadamente 187 bilhões de reais) em dez anos.

Programas de erradicação das uniões precoces e iniciativas de empoderamento de meninas também podem ser afetados pela COVID-19. De acordo com o UNFPA, a estimativa é de que as interrupções causadas pela pandemia resultem em 13 milhões de casamentos precoces adicionais entre 2020 e 2030.

O documento reforça ainda a necessidade de eliminar a discriminação de gênero de sistemas sociais, jurídicos e econômicos, que são a raiz de violações de direitos, como o casamento infantil, a mutilação genital feminina, a preferência por filhos homens e a violência baseada em gênero, que continuamente impedem as mulheres de atingir seu potencial — e, em alguns casos, levam à morte.

Leia o relatório completo: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/node/49875>

Fonte: ONU

Imagem (DigitalMarketingAgency) gratuita em Pixabay

Data de Publicação: 03-07-2020